

## Pregão Eletrônico

---

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

A OI possui interesse em interpor Recurso, pois entende que a empresa vencedora não atendeu aos itens: 9.8. O acesso à Internet (circuito de dados) não poderá ser subcontratado de terceiros, devendo a CONTRATADA fornecer ambos os serviços, bem como especificações do ANEXO B através dos itens 3 e 6.

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILMA SRA. PREGOEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM/RO

REF. Pregão Eletrônico Nº. 186/2020

Oi S.A. – em recuperação judicial, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, 71, 2º andar, parte, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, doravante denominada "Oi", vem, tempestivamente, por seus representantes legais com fulcro no inciso XVII do art. 11 do Decreto n.º 3.555/2000 c/c com as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 109 da Lei 8666/1993, interpor

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão do I. Pregoeiro da Superintendência Estadual de Licitações – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM/RO, que declarou habilitada e vencedora para o certame, a empresa NBS SERVIÇOS DE COMUNICACOES LTDA, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

Caso esta Pregoeira entenda por indeferir o presente recurso, requer a remessa deste à digna autoridade superior, na forma de RECURSO HIERÁRQUICO, conforme prevê o artigo 109, inciso III, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, bem como com fundamento no princípio constitucional do Duplo Grau de Jurisdição.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Porto Velho/RO, 05 de junho de 2020.

#### I - TEMPESTIVIDADE

O presente Recurso Administrativo tem por finalidade reformar a decisão que habilitou e declarou vencedora para o certame, a empresa NBS SERVIÇOS DE COMUNICACOES LTDA, por estar eivada de vícios de legalidade.

Para tanto, cumpre observar que o prazo decadencial é de 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, conforme previsto no item 14 do Edital, em observância ao item 14 do Edital, CONTADOS DA INTIMAÇÃO DO ATO ORA COMBATIDO.

No caso em tela, a intenção de recurso foi registrada pela Oi no dia 03 DE JUNHO DE 2020 (QUARTA-FEIRA), sendo este, portanto, o marco inicial para contagem do prazo. Logo, o término para apresentação do Recurso Administrativo dar-se-á no dia 08 DE JUNHO DE 2020 (SEGUNDA-FEIRA).

Ademais, insta registrar que a contagem do prazo no procedimento licitatório obedecerá aos ditames da Lei n.º 8.666/93, juntamente com as regras processuais comuns (Código de Processo Civil Brasileiro), EXCLUINDO-SE O DIA DE INÍCIO E INCLUINDO-SE O DO VENCIMENTO (artigo 110, Lei n.º. 8.666/93 e artigo 184, caput, Código de Processo Civil).

Conclui-se, portanto, pela TEMPESTIVIDADE deste Recurso Administrativo.

#### II – BREVE SÍNTESE DOS FATOS

O objeto do presente certame consiste na "Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Transmissão de Dados e Solução de Segurança, com o serviço de Internet, utilizando protocolo IP/MPLS, para formar a Rede Wan e Solução de Segurança, para atender as necessidades destas Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM."

A sessão de Pregão Presencial foi marcada para o dia 1º de Junho 2020, tendo se credenciado as seguintes empresas: Oi S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NBS SERVIÇOS DE COMUNICACOES LTDA e ROLIM NET TECNOLOGIA LTDA.

Finda a etapa de lances, a empresa NBS SERVIÇOS DE COMUNICACOES LTDA foi declarada habilitada e vencedora do certame.

Contudo, após análise da documentação da referida empresa, verificou-se em sua Proposta Comercial, e Arquivos de Habilitação, que a sua classificação e habilitação foi um equívoco, tendo em vista que esta não demonstrou atender aos critérios determinados no instrumento convocatório, conforme se demonstrará.

É, pois, contra o fato acima mencionado, que se insurge a Recorrente, eis que, neste particular, não ocorreu em perfeita consonância com as normas e princípios norteadores dos atos da Administração Pública, senão vejamos.

#### III – MÉRITO

##### III.1. DA IMPERIOSA NECESSIDADE DE DECLARAR INABILITADA A EMPRESA RECORRIDA

Conforme mencionado acima, a Recorrida foi habilitada e declarada vencedora do certame por um equívoco, pois esta não logrou comprovar requisitos mínimos exigidos no instrumento convocatório, senão vejamos:

O Anexo B prevê o seguinte, nos itens 3 e 6:

##### SERVIÇO DE PROTEÇÃO NO BACKBONE CONTRA ATAQUES DDOS

3. O acesso à Internet (circuito de dados) não poderá ser subcontratado de terceiros, devendo a CONTRATADA fornecer ambos os serviços, solução ANTI-DDOS e circuito de dados.

6. A CONTRATADA deve possuir e disponibilizar no mínimo 2 (dois) centros de limpeza nacional cada um com capacidade de mitigação de no mínimo 40Gbps e no mínimo 1 (um) por centro de limpeza internacional com

capacidade de mitigação de no mínimo 80Gbps.

Ocorre que a Recorrida não demonstrou nem tampouco comprovou atender as exigências citadas nos itens acima na proposta de preços nem nos arquivos enviados, referentes a habilitação técnica da empresa. Cumpre informar, que embora o Edital não exija que seja apresentado qualquer documentação a respeito, a Oi entende que estas informações deveriam constar na proposta readequada ou nos documentos de habilitação.

Logo, não há dúvidas que o não atendimento destes itens deixa claro que a Recorrida não atende plenamente as especificações técnicas contidas do Edital e seus anexos, portanto não tem capacidade técnica para atender plenamente a todas as exigências contidas no instrumento convocatório.

### III.2. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O instrumento convocatório é definido como sendo "a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu" (MEIRELLES, 2007, p. 40). Nele estão presentes todas as informações e regras necessárias para todo o procedimento licitatório, não podendo ser descumpridas, conforme estabelece o artigo 41 da Lei n.º 8.666/1993.

Vincula-se diretamente aos princípios da legalidade, moralidade e isonomia, uma vez que garante que a licitação acontecerá mediante regras objetivas e pré-definidas, afastando assim a possibilidade de arbítrios por parte da Administração. Noutro giro, define claramente o que pretende a Administração, podendo os licitantes guiarem-se por suas especificações. Por fim, impede "(...) qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa" (CARVALHO FILHO, 2011, p. 227).

A importância deste princípio é vital para a licitação. Não há como existir licitação sem instrumento convocatório prévio e bem definido. É esta a garantia de que o procedimento licitatório ocorrerá com estrita remissão à lei e às regras objetivas, sendo o seu descumprimento capaz de ensejar até mesmo a correção na via administrativa ou judicial.

Assim como a legalidade é elemento fundamental da atividade administrativa, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é fator indissociável da licitação.

Cumpre aqui asseverar o entendimento do TCU a respeito do princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

"4. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no caput do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, dispõe: 'A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada.'

5. O edital torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Em sendo lei, o edital e os seus termos atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto as licitantes - sabedoras do inteiro teor do certame.

6. Somente em situações atípicas o edital pode ser modificado depois de publicado, observado o procedimento adequado para tanto. É o princípio da inalterabilidade do instrumento convocatório.

7. Ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola vários princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: da legalidade, da moralidade e da isonomia, além dos já citados anteriormente." (Acórdão 2367/2010 - Plenário)

A definição completa apresentada pelo arresto acima ressalta os principais pontos de destaque do princípio em comento. Seu aspecto bifronte de garantias vincula ambas as partes envolvidas na licitação, relacionando-se diretamente com os princípios da legalidade, moralidade e isonomia, gerando em última análise um círculo virtuoso na atuação administrativa.

Por fim, sendo uma verdadeira especialização do princípio da legalidade, ora diz respeito apenas aos procedimentos licitatórios, observa-se a magnitude de sua aplicação, constituindo verdadeiro pilar da atuação administrativa em sede de licitações.

Portanto, resta latente que a conduta da I. Pregoeira violou o princípio em testilha, razão pela qual seu ato merece ser reformado.

### IV - PEDIDO

Ante o exposto, a Oi requer que seja devidamente processado o presente Recurso Administrativo para que o I. Pregoeiro da Superintendência Estadual de Licitações – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM/RO, se digne a reformar a decisão que habilitou e declarou vencedora para o certame, a empresa NBS SERVIÇOS DE COMUNICACOES LTDA, sob pena de grave ofensa aos princípios norteadores das licitações.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Recurso também encaminhado por e-mail da SUPEL para melhor da compreensão e entendimento.

Porto Velho/RO, 05 de junho de 2020.

**Fechar**